

# OS EFEITOS DA AUSÊNCIA DE SUPORTE FINANCEIRO NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA: UM ENFOQUE NA PRECARIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES

*Kailane Maiara Duarte De Araújo Melo<sup>1</sup>*  
*Daniel Álvares Rodrigues<sup>2</sup>*

## RESUMO

Esta pesquisa investiga a problemática da precarização do trabalho estudantil a partir da experiência de estágio na formação de estudantes de pedagogia, analisando dados obtidos por meio de questionários. Abordamos aspectos como semestre, gênero, cor, orientação sexual, origem escolar, participação em estágios remunerados e condições de trabalho. Os resultados evidenciam a precarização do trabalho estudantil, revelando desafios significativos. Este cenário ressalta a necessidade de reflexão sobre as condições do estágio, considerando sua importância na formação acadêmica e na preparação para a atuação profissional.

**Palavras-chave:** Estágio, Formação Docente, Pedagogia, Condições de Trabalho, Precarização.

## 1. INTRODUÇÃO

A intensificação do processo de precarização do trabalho, impulsionado por mudanças estruturais no cenário capitalista, assume uma relevância crítica no contexto dos estudantes de pedagogia nas últimas décadas. As transformações delineadas por Pochmann (2001), caracterizadas pelo crescimento da informalidade e formas flexíveis de contratação, suscitam implicações diretas na trajetória acadêmica desses estudantes.

A substituição progressiva de empregos formais por ocupações precárias traz consigo a inquietação sobre a estabilidade e qualidade do futuro emprego almejado por esses estudantes, sugerindo a necessidade de uma análise profunda da interseção entre a precarização do trabalho estudantil e as mudanças estruturais no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup>Concluinte do curso de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE

<sup>2</sup>Professor do Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação.

No ensaio "*Adeus ao Mundo do Trabalho?*", Ricardo Antunes(1995), traça uma abordagem crítica sobre as transformações no cenário laboral, especialmente no que diz respeito ao modelo toyotista, evidenciando uma intensificação da exploração e a desarticulação sindical. Essa análise encontra correlação direta com a temática da precarização do trabalho estudantil, notadamente no aumento de empregos terceirizados e precários.

À luz da perspectiva de Antunes (1995), que enxerga a precarização não como um fenômeno marginal, mas como componente integral da lógica de dominação capitalista, torna-se imperativo considerar como essa dinâmica impacta diretamente nos estudantes de pedagogia. A institucionalização global da precarização do trabalho implica em uma reconfiguração das expectativas e perspectivas desses futuros profissionais.

O processo de flexibilização laboral e a busca por maximização de lucros podem influenciar significativamente a inserção desses estudantes no mercado de trabalho, colocando em xeque não apenas a estabilidade, mas também a qualidade de seu engajamento profissional futuro. Dessa forma, a análise crítica da precarização do trabalho se torna essencial para compreender como os estudantes de pedagogia são moldados por essa lógica dominante, refletindo diretamente na formação acadêmica e nas perspectivas de carreira desse grupo específico.

No contexto da precarização do trabalho estudantil, o Decreto nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), assume um papel de extrema relevância. Ao buscar ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o PNAES visa atenuar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior. É imperativo reconhecer que a implementação efetiva dessas políticas é crucial para mitigar a precarização do trabalho dos estudantes de pedagogia.

A falta de acesso à assistência estudantil de qualidade pode perpetuar a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, impactando negativamente sua dedicação aos estudos e comprometendo a qualidade de sua formação acadêmica. Nesse contexto, a análise crítica da eficácia do PNAES, em consonância com a problemática da precarização do trabalho estudantil, torna-se um caminho essencial para compreender como as políticas públicas podem ser otimizadas para promover uma formação acadêmica mais equitativa e resiliente no âmbito da pedagogia. No entanto, não vamos nos ater a essa questão que demandaria perceber a quantidade de bolsas utilizadas no

curso de pedagogia e a quantidade que não consegue bolsas , sendo esta a grande maioria, ou seja, todo um estudo que pode ser realizado em uma outra ocasião pois neste trabalho adentraremos na questão do estágio.

Sob outro prisma, a política nacional de estágio ganha seus contornos a partir da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a qual dispõe sobre o estágio de estudantes, introduzindo normativas para essa prática educativa. O Capítulo I da lei aborda a definição, classificação e relações de estágio, delineando o estágio como um ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho, com o propósito de preparar educandos para o trabalho, atendendo a diversas etapas e modalidades de ensino.

Diante desse contexto, ao estabelecer diretrizes claras e requisitos para estágios, a Lei nº 11.788 busca garantir uma prática educativa eficaz, alinhada aos objetivos pedagógicos e capaz de oferecer experiências enriquecedoras aos estudantes, ao mesmo tempo em que preserva seus direitos e evita formas de aproveitamento do estagiário para além da normativa, no ambiente de trabalho.

Diante disso, resta configurado o objeto de estudo, o qual se concentra na interseção entre as transformações econômicas, representadas pela precarização do trabalho, e a trajetória acadêmica dos estudantes de pedagogia que não acessaram de forma eficiente a política de assistência estudantil.

Disso decorre a seguinte pergunta de partida: Como a lógica da precarização do trabalho e o não acesso efetivo às políticas de assistência estudantil impactam a formação acadêmica e as perspectivas profissionais futuras dos estudantes de pedagogia e como o estágio remunerado tem implicação nessa situação?

Desse modo, objetivando traçar possíveis respostas à essa indagação, será adotada uma abordagem metodológica qualitativa. Por conseguinte, a técnica de pesquisa consistirá em entrevistas semiestruturadas, permitindo a obtenção de dados sobre as experiências e percepções dos estudantes diante das condições precárias de trabalho.

A análise dos dados seguirá uma abordagem descritiva-interpretativa, buscando identificar padrões, relações e significados que emergem das narrativas dos participantes, proporcionando uma compreensão aprofundada do fenômeno em estudo, contextualizando-o nas vivências específicas dos estudantes de pedagogia e contribuindo para uma reflexão crítica sobre o papel da formação acadêmica diante das

contingências do mercado de trabalho contemporâneo, bem como cruzando os dados das informações prestadas quanto a identificação do informante.

## **2. OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **Objetivo Geral**

Analisar a presença de trabalho precário entre os estudantes de Pedagogia, abordando especialmente os estágios remunerados e percepções das condições de trabalho durante a formação acadêmica.

### **Objetivos Específicos**

- 1) Avaliar as percepções dos estudantes de Pedagogia acerca dos estágios remunerados e não-remunerados;
- 2) Investigar a realização de estágios remunerados pelos estudantes e as condições desses estágios;
- 3) Compreender as percepções dos estudantes sobre as condições de trabalho durante a formação acadêmica;
- 4) Identificar a relação entre o perfil dos estudantes (cor, gênero, orientação sexual) e sua inserção em relações de estágios precarizadas.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 A Precarização do Trabalho**

A precarização do trabalho é uma realidade multifacetada que transcende os limites do simples contrato laboral, adentrando as esferas mais amplas da existência humana. A análise conceitual desse fenômeno revela uma complexidade que remonta às raízes do pensamento marxista, no qual a crescente aplicação da ciência e tecnologias subsequentes ao processo produtivo possibilita o aumento de excedente relativo de trabalhadores, reforçando a precariedade da própria existência do mesmo.

Ao analisarmos as origens do termo "precariedade", identificamos seu emergir nos movimentos sociais europeus a partir dos anos 1970. Nesse contexto, o rótulo de "precários" foi adotado por estudantes e ativistas na Itália, diferenciando-se dos partidos tradicionais centrados na defesa dos assalariados industriais. Essa

apropriação do termo desencadeou um processo que, ao longo dos anos 1990, ganhou espaço no debate acadêmico, particularmente na França e na Itália.

A década de 1970 também testemunhou o declínio do modelo fordista-keynesiano, inaugurando a era da acumulação flexível. Esse período, como descrito por Harvey (1992), caracteriza-se pela flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados, nos produtos e nos padrões de consumo. Contudo, essa transformação não ocorreu sem consequências, provocando uma crise na relação de emprego padrão, com relativa estabilidade e socialmente protegida, que predominou na Europa pós-Segunda Guerra Mundial.

A desestabilização desse paradigma desencadeou o crescimento do que agora é reconhecido como trabalho precário. Essas formas embutidas desenvolvem mais intensidade de exploração no que tange ao emprego formal conquistado na luta dos trabalhadores localizados e na disputa com o socialismo. Se apresentam como contrapontos parciais, temporários ou intermitentes, ganharam força, na atualidade, como contrapartes à relação de emprego padrão (REP). Esse novo cenário, marcado por insegurança, falta de previsibilidade e vulnerabilidade econômica, desafia as concepções tradicionais de emprego e trabalho estável, fruto das lutas de classes ocorridas no século passado, em suas maiores vertentes como revoluções proletárias até em greves localizadas

A definição de trabalho precário, entretanto, é uma tarefa complexa, uma vez que o termo engloba diversas formas de ocupação. Standing (2011) destaca sete formas principais de insegurança no trabalho ausentes no "precariado", enquanto Kalleberg (2009a) simplifica a definição para emprego incerto, imprevisível e arriscado. Essa polissemia reflete a diversidade de situações que se enquadram sob o guarda-chuva da precariedade laboral.

Além do mercado de trabalho, a precariedade se estende às condições de vida, influenciando a habitação, aspectos econômico-sociais e a construção de identidade. Neilson e Rossiter (2008) ressaltam que o trabalho precário não apenas compromete a estabilidade no emprego, mas também afeta a capacidade de planejar o tempo pessoal, configurando-se como uma condição que permeia todos os aspectos da existência.

Essa ampliação conceitual para além do trabalho precário, adentrando a esfera mais abrangente da precariedade, levanta a discussão sobre a necessidade de compreender a precariedade como um fenômeno que transcende as fronteiras do emprego. Os diversos pontos de vista sobre a precariedade, desde a análise ontológica até as visões políticas e de resistência, contribuem para uma compreensão mais rica e contextualizada desse fenômeno intrincado.

Desse modo, ao relacionarmos essa dimensão conceitual do trabalho precário com a pesquisa em questão, torna-se evidente que a precarização do trabalho não é apenas uma questão laboral, mas uma problemática que permeia toda a vida dos indivíduos. Isto porque, a relação intrínseca entre as transformações no mercado de trabalho, as políticas neoliberais e a emergência do trabalho precário desafia não apenas as estruturas tradicionais de emprego, mas também os fundamentos do bem-estar social. A compreensão aprofundada desse fenômeno torna-se crucial para desenvolver abordagens eficazes e abrangentes na formulação de políticas públicas e na promoção de condições laborais mais justas e estáveis.

A evolução histórica da educação superior brasileira passou por períodos significativos que moldaram as políticas de assistência estudantil. Desde a sua incipiência na década de 1920 até as transformações pós-Constituição Federal de 1988, os programas de assistência passaram de ações pontuais para abranger dimensões mais democráticas, transcendentais à mera assistência monetária. Consoante Brito et. al. (2021),

Os referidos programas de assistências só começaram a assumir formas mais democráticas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. É a partir de então que os programas (de assistência estudantil) introduziram novas perspectivas, fazendo com que suas ações fossem além da ajuda financeira o do seguimento das trajetórias da vida pessoal e acadêmica dos estudantes, com o apoio psicológico e a infraestrutura adequada. (BRITO, et.al. 2021, p. 513, Grifo da Autora)

Os anos de 1930 testemunharam a expansão da educação superior impulsionada pela demanda da emergente classe média urbana. Nessa toada, a Primeira Reforma na Educação Superior, nesse contexto, procurou equilibrar interesses entre estratos populares e dominantes. Em 1968, a Reforma, paradoxalmente, modernizou as universidades federais. O projeto da ditadura militar-empresarial apontava uma modernização conservadora, em que rompe com algumas amarras da universidade

com base no modelo francês catedrático, por exemplo, e, impõe a lógica privatizante do modelo norte-americano, com departamentos, como exemplo, como podemos ver na Reforma MEC-USAID, tendo como estratégia a Lei de Segurança Nacional. Já na década de 1990, sob ajustes neoliberais, moldou as políticas educacionais para preparar os estudantes para o mercado de trabalho, promovendo, assim, a privatização da educação.

### **3.3 A Política Nacional de Estágio**

A política nacional de estágio ganha seus contornos atuais a partir da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a qual dispõe sobre o estágio de estudantes, introduzindo normativas para essa prática educativa. O Capítulo I da lei aborda a definição, classificação e relações de estágio, delineando o estágio como um ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho, com o propósito de preparar educandos para o trabalho produtivo, atendendo a diversas etapas e modalidades de ensino, *in verbis*:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

O estágio é concebido como parte integrante do projeto pedagógico do curso, buscando o aprendizado de ações próprias da atividade profissional e dentro da contextualização curricular. A lei destaca que o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, sendo o primeiro requisito para aprovação e obtenção de diploma, enquanto o segundo é uma atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Aspectos essenciais estabelecidos pela lei incluem a matrícula e frequência regular do educando, a celebração de termo de compromisso entre educando, concedente do estágio e instituição de ensino, a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso. Além disso, o estágio não cria vínculo empregatício, desde que cumpridos esses requisitos.

O acompanhamento efetivo do estágio é crucial e deve ser realizado pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente, comprovado por relatórios e menção de aprovação final. O descumprimento dessas obrigações pode caracterizar vínculo empregatício, sujeitando-se às leis trabalhistas e previdenciárias.

A lei também aborda a aplicação dos estágios para estudantes estrangeiros e a possibilidade de instituições de ensino e partes concedentes recorrerem a serviços de agentes de integração, sem cobrança de valores dos estudantes. Os agentes de integração têm responsabilidades específicas, como identificar oportunidades de estágio, ajustar condições, fazer acompanhamento administrativo e encaminhar negociações de seguros contra acidentes pessoais.

Ao estabelecer diretrizes claras e requisitos para estágios, a Lei nº 11.788 busca garantir uma prática educativa eficaz, alinhada aos objetivos pedagógicos e capaz de oferecer experiências enriquecedoras aos estudantes, ao mesmo tempo em que preserva seus direitos e evita formas mais opressoras, desgastantes e desregulamentadas de condições de trabalhos.

#### **4. METODOLOGIA**

A pesquisa proposta adota uma abordagem metodológica predominantemente indutiva, buscando extrair conclusões a partir de observações específicas. Desse modo, a coleta de dados será conduzida por meio de técnicas documentais e de questionários. Nesse sentido, a escolha do método indutivo reflete a intenção de inferir padrões e generalizações a partir das respostas dos participantes. Por conseguinte, a técnica de pesquisa documental será empregada para examinar informações já existentes sobre as políticas de assistência estudantil e outras fontes relevantes que possam contextualizar o cenário em estudo. Esse método complementar a coleta primária de dados, fornecendo um panorama mais abrangente.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de questionário, o qual foi distribuído na plataforma *Google Forms*<sup>3</sup>. Dito isso, faz-se necessário assinalar que o questionário tem por objetivo a compreensão do perfil dos estudantes de Pedagogia em relação à três contextos, quais sejam: a) o acesso às políticas de assistência estudantil; b)

---

<sup>3</sup> Link de acesso ao questionário: <https://docs.google.com/forms/d/14EsvLRay0mKRq12-W6BV1Fyx6RlGo4qyden8MBHb-JM/edit?ts=65711b92&pli=1#responses>

a participação em estágios remunerados; e c) as condições de remuneração desses estágios e entre outros aspectos que se mostram relevantes para compreender o fenômeno da precarização do trabalho estudantil. Com efeito, a escolha por questionários quantitativos, implementados de forma online, se justifica em razão da fácil a obtenção de respostas de um número significativo de participantes.

O modelo de análise adotado será quali-quantitativo, permitindo uma compreensão mais aprofundada das nuances das experiências dos estudantes em relação ao trabalho precarizado. As respostas aos questionários serão analisadas de forma interpretativa, buscando identificar padrões, relações de causa e efeito, e proporcionar uma compreensão holística da situação. Para isso, as perguntas foram distribuídas em quatro eixos, a saber: 1) Eixo 01: Qualificação dos entrevistados; 2) Eixo 02: Acesso à Políticas de Assistência Estudantil; 3) Eixo 03: Participação em Estágios Remunerados; e 4) Eixo 04: Condições de Trabalho e Percepção.

No que se refere ao universo de análise, cabe dizer que o nosso público-alvo são estudantes de pedagogia regularmente matriculados do 3º ao 10º semestre do curso. Esse critério foi usado, levando em consideração o perfil curricular do curso de pedagogia da UFPE, o qual dispõe que as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos discentes se iniciam a partir do 3º semestre do curso. Diante disso, a amostra se constitui a partir das respostas dadas pelos 41 participantes da pesquisa, o que pode ser mais bem visualizado no quadro abaixo.

Quadro 01

| UNIVERSO DE ANÁLISE |                                                                                         |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| UNIVERSO            | Estudantes regularmente matriculados do 3º ao 10 período no curso de pedagogia da UFPE. |
| AMOSTRA             | 41 estudantes que responderam ao questionário online.                                   |

Fonte: a autora.

O questionário foi divulgado através dos canais virtuais das turmas de pedagogia e ficou disponível para receber respostas do dia 04 ao dia 10 de dezembro de 2023. Desse modo, segue-se aos resultados e, conseqüentemente, à análise destes,

## 5. ANÁLISE DE RESULTADOS

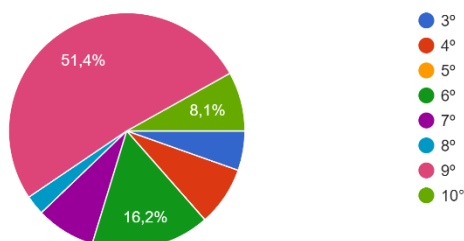
### 5.1 Eixo 1: Qualificação dos Entrevistados

Iniciar-se-á a análise das respostas dadas aos quesitos do primeiro eixo.

### 5.1.1 Período cursado pelo(a) entrevistado(a)

Qual período você está cursando?

37 respostas



Fonte: a autora.

Como se verifica, a análise descritiva dos dados referentes ao semestre dos entrevistados no curso de pedagogia da UFPE revela uma distribuição heterogênea em relação ao avanço acadêmico. Diante disso, o maior percentual de participantes, representando 51,4%, está matriculado no 9º semestre. Isso sugere uma concentração significativa de estudantes em fases avançadas do curso, prestes a concluir sua formação.

Em seguida, observa-se que 16,2% dos entrevistados estão no 6º semestre, indicando uma presença considerável de estudantes em estágios intermediários do curso, o que pode ser compreendido sob uma perspectiva de que este grupo pode estar vivenciando uma fase de consolidação de conhecimentos antes de ingressar nos estágios finais.

A presença de 8,1% dos participantes em três diferentes semestres (10º, 8º e 7º) demonstra uma dispersão nas etapas do curso. É importante considerar que, em cursos de graduação, essa variabilidade é comum, podendo refletir particularidades no percurso acadêmico de cada estudantes.

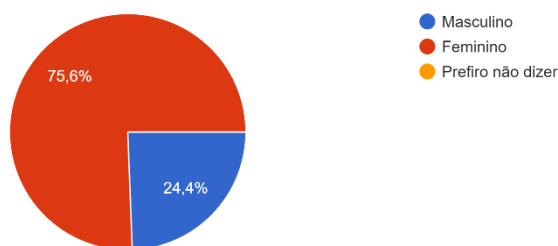
Além do mais, semestres 3º, 4º e 5º abrangem, cada um, uma parcela menor de participantes, totalizando 8,1% do conjunto. Isso sugere uma menor representatividade de estudantes em fases iniciais, os quais, muitas vezes, podem não se sentir seguros para iniciar suas trajetórias nas atividades práticas do curso.

Dessa forma, a análise descritiva destaca a predominância de estudantes no 9º semestre, indicando uma concentração expressiva no estágio final do curso de

pedagogia da UFPE. Ao mesmo tempo, a presença em outros semestres evidencia uma diversidade no avanço acadêmico, o que pode influenciar na percepção das condições de trabalho e na vivência de estágios, aspectos centrais para a compreensão da problemática da precarização do trabalho estudantil no contexto do curso de pedagogia.

### 5.1.2 Gênero dos(as) respondentes

Gênero:  
41 respostas



Fonte: a autora.

No que se refere à segunda questão do Eixo 01, evidencia-se uma marcante disparidade na distribuição de gênero entre os entrevistados que constituem o universo amostral desta pesquisa. A expressiva maioria, representando 75,6%, identifica-se como pertencente ao gênero feminino, enquanto 24,4% dos participantes se identificam como do gênero masculino.

Destarte, a predominância de mulheres no curso de pedagogia pode ser interpretada como um reflexo de uma tendência histórica na área educacional, na qual as mulheres têm uma presença mais significativa. Essa observação está alinhada com padrões demográficos comuns em cursos de formação de professores e áreas afins.

A presença de uma minoria masculina pode ser significativa para a compreensão da dinâmica de gênero no contexto educacional. É dizer, essa disparidade pode influenciar nas experiências vivenciadas pelos estudantes em relação às questões de trabalho e estágio, considerando que as percepções e desafios podem variar de acordo com o gênero. Sobre isso, Marli Zibetti *apud* Apple aduz que:

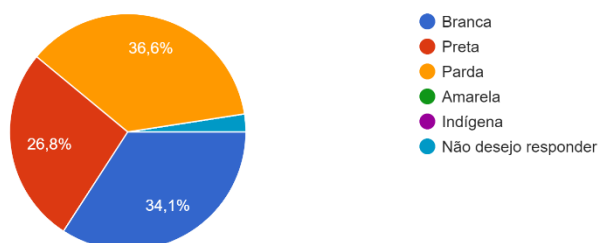
Os componentes de cuidar e servir embutidos no magistério das séries iniciais operaram

como fatores de segregação sexual, uma vez que cuidar de crianças e servir sempre foram consideradas ocupações de baixa qualificação. Estas concepções contribuíram para o afastamento dos homens da profissão e refletem-se nos baixos salários. Os atributos femininos associados à esfera doméstica como docilidade, submissão, sensibilidade, intuição e paciência, induziram a transformação da escola em um reduto feminino, pois se argumentava que ali elas continuariam rodeadas de crianças e exercitariam todas as características de sua vocação maternal (ZIBETTI apud APPLE 1995, p.2)

Dessa forma, a análise destaca não apenas a predominância numérica de mulheres no curso de pedagogia, mas também a importância de explorar as implicações dessa disparidade de gênero na formação acadêmica, nas experiências de estágio e nas dinâmicas laborais, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da temática da precarização do trabalho estudantil.

### 5.1.3 Quesito raça/cor dos(as) respondentes

Cor/raça:  
41 respostas



Fonte: a autora.

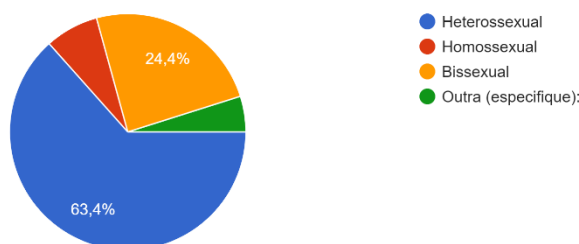
Ao analisarmos os dados referentes à autodeclaração de cor dos entrevistados, verificamos uma diversidade significativa no perfil racial dos estudantes de pedagogia da UFPE. Os resultados indicam que 34,1% se autodeclararam como brancos, enquanto 36,6% se identificaram como pardos. Além disso, 26,8% dos participantes indicaram ser pretos. Importante mencionar que 2,4% optaram por não fornecer essa informação.

Essa diversidade é representativa da realidade sociorracial brasileira e contribui para uma compreensão mais abrangente da composição do corpo discente no curso de pedagogia. A presença de estudantes de diferentes origens étnico-raciais sugere a existência de vivências e perspectivas diversas no ambiente acadêmico, o que pode impactar nas dinâmicas de formação e nas percepções sobre o trabalho estudantil.

No contexto da temática da precarização do trabalho estudantil, a análise desse dado pode ser relevante para identificar se existem disparidades nas experiências laborais relacionadas à cor dos estudantes. A interseccionalidade entre raça e condições de trabalho pode ser explorada para compreender de maneira mais aprofundada as nuances da problemática precarização do trabalho estudantil.

### 5.1.3 Quesito orientação sexual dos(as) respondentes

Orientação Sexual:  
41 respostas



Fonte: a autora.

No que concerne à orientação sexual dos estudantes respondentes, destaca-se uma diversidade de identidades, refletindo a pluralidade presente na sociedade de uma forma geral. Os resultados revelam que 63,4% dos entrevistados se declararam heterossexuais, enquanto 24,4% se identificaram como bissexuais. Além disso, 7,3% afirmaram ser homossexuais, e 4,9% escolheram outras denominações para expressar sua orientação sexual.

Dessas outras denominações, um dois dos respondentes (representando a razão de 4,9%), responderam que são lésbicas (que equivale à categoria de homossexual) e outro respondeu que é assexual.

Se você marcou "outro" na questão anterior, por favor especificar:

2 respostas

Lésbica

Assexual

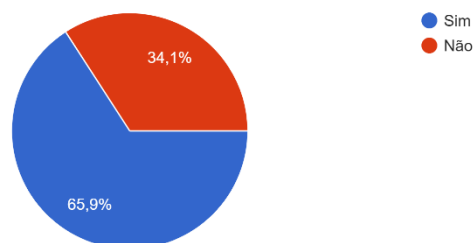
Fonte: a autora.

Essa diversidade na orientação sexual dos estudantes pode influenciar as experiências no ambiente acadêmico, incluindo as relações de trabalho. No contexto da precarização do trabalho estudantil, é interessante explorar se a orientação sexual dos estudantes tem alguma correlação com a participação em atividades laborais, estágios remunerados ou outras formas de engajamento profissional durante a graduação.

A análise desse quesito contribui para uma compreensão mais completa das múltiplas identidades presentes no curso de pedagogia da UFPE, permitindo uma abordagem mais inclusiva nas reflexões sobre a precarização do trabalho estudantil. A interseccionalidade entre orientação sexual e condições de trabalho pode ser considerada na análise, visando identificar possíveis desigualdades e desafios específicos enfrentados por determinados grupos.

### 5.1.3 Quesito proveniência de escola pública

Proveniência de Escola Pública:  
41 respostas



Fonte: a autora.

Ao investigar sobre a proveniência de escolas públicas, verificamos que a maioria dos estudantes respondentes, 65,9%, provêm de escolas públicas, enquanto 34,1% têm origem em instituições de ensino privadas.

Essa informação é crucial ao considerar a discussão sobre precarização do trabalho estudantil, pois a origem escolar pode influenciar diversas variáveis, como acesso a recursos educacionais, experiências prévias de aprendizado e, potencialmente, as condições socioeconômicas dos estudantes. Esses fatores podem impactar diretamente a inserção dos estudantes no mercado de trabalho durante a graduação, incluindo o acesso

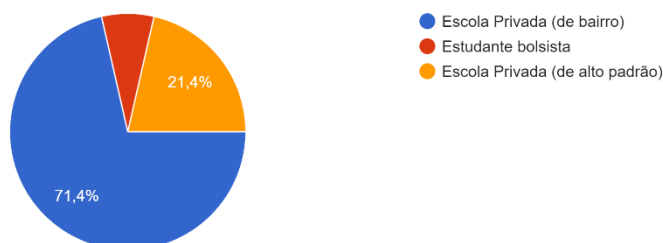
ou não às oportunidades de estágio remunerado e à outras formas de participação profissional.

Além disso, a proveniência de escola pública pode ser um indicador relevante ao discutir políticas de assistência estudantil, uma vez que os alunos oriundos desse contexto podem enfrentar desafios distintos em comparação com seus colegas provenientes de instituições privadas. A análise dessa variável contribui para uma compreensão mais aprofundada das disparidades socioeconômicas e educacionais entre os estudantes de pedagogia, informando potenciais estratégias para lidar com a precarização do trabalho estudantil de maneira mais eficaz e equitativa.

### 5.1.3 Quesito sobre o perfil das escolas privadas frequentadas por aqueles (as) respondentes que não são provenientes de escolas públicas

Caso, sua resposta tenha sido "não" na pergunta anterior, assinale o tipo de instituição que você frequentou:

14 respostas



Com o intuito de aprofundar a análise da trajetória educacional traçada pelos respondentes, criamos este quesito para compreender qual o perfil das escolas privadas frequentadas pelos respondentes, de modo que constatamos que a maioria, 71,4%, frequentou escolas privadas de bairro. Além disso, 21,4% declararam ser provenientes de escolas privadas de alto padrão, enquanto 7,1% afirmaram ter sido bolsistas em escolas privadas.

Essa informação é relevante para compreender as diferentes experiências educacionais dos estudantes que frequentaram instituições privadas. A maioria provém

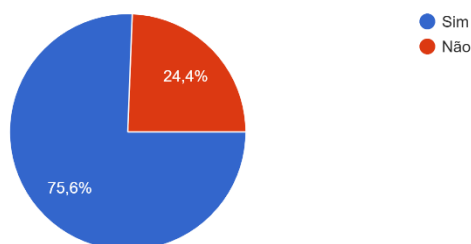
de escolas de bairro, indicando um acesso provavelmente mais restrito a recursos educacionais em comparação com aqueles que frequentaram escolas privadas de alto padrão. A presença de bolsistas também destaca a diversidade socioeconômica dentro desse grupo, sugerindo que alguns estudantes podem ter enfrentado desafios financeiros para acessar a educação privada.

Ao correlacionar esses dados com a temática da precarização do trabalho estudantil, é possível perceber que as experiências educacionais anteriores podem influenciar a forma como os estudantes lidam com questões de trabalho durante a graduação. Diferenças nas condições de aprendizado e acesso a recursos educacionais podem impactar as perspectivas de estágio, oportunidades profissionais e participação em atividades remuneradas, contribuindo para a compreensão mais ampla da relação entre a origem educacional e a precarização do trabalho estudantil.

## 5.2 Eixo 02: Qualificação dos Entrevistados

### 5.2.1 Acesso à Políticas de Assistência Estudantil

Você tem conhecimento das políticas de assistência estudantil oferecidas pela instituição?  
41 respostas



Fonte: a autora,

No que se refere à pergunta acerca do conhecimento das políticas de assistência estudantil, verificamos que a maioria dos entrevistados, 75,6%, afirmou ter conhecimento dessas políticas, enquanto 24,4% declararam não ter conhecimento.

O alto percentual de estudantes que afirmam conhecer as políticas de assistência estudantil pode ser interpretado de maneiras distintas. Em primeiro plano, sob uma perspectiva positiva, esse conhecimento pode indicar uma divulgação eficiente por parte

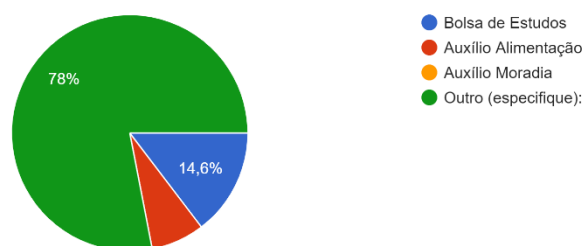
da instituição, demonstrando esforços para informar os estudantes sobre os recursos disponíveis. Por outro lado, é possível considerar que mesmo com uma porcentagem significativa de conhecimento, ainda há uma parcela considerável de estudantes que não estão cientes das políticas de assistência.

Dessa forma, a falta de conhecimento sobre essas políticas pode ter implicações diretas na participação dos estudantes em programas de apoio financeiro ou assistência social. Isto é, aqueles que não têm conhecimento das políticas podem estar perdendo oportunidades valiosas para mitigar desafios financeiros ou para acessar recursos que poderiam melhorar sua experiência acadêmica.

Com efeito, essa análise acaba por alçar a importância de estratégias contínuas de comunicação e divulgação das políticas de assistência estudantil, visando garantir que todos os estudantes tenham acesso às informações necessárias para aproveitar os benefícios oferecidos pela instituição. Essa abordagem pode contribuir para uma maior equidade no acesso aos recursos disponíveis, minimizando a possibilidade de que alguns estudantes se encontrem em situações de maior precariedade devido à falta de conhecimento sobre essas políticas.

### **5.2.2 Quesito sobre a participação dos(as) respondentes nas políticas de assistência estudantil ofertadas pela UFPE**

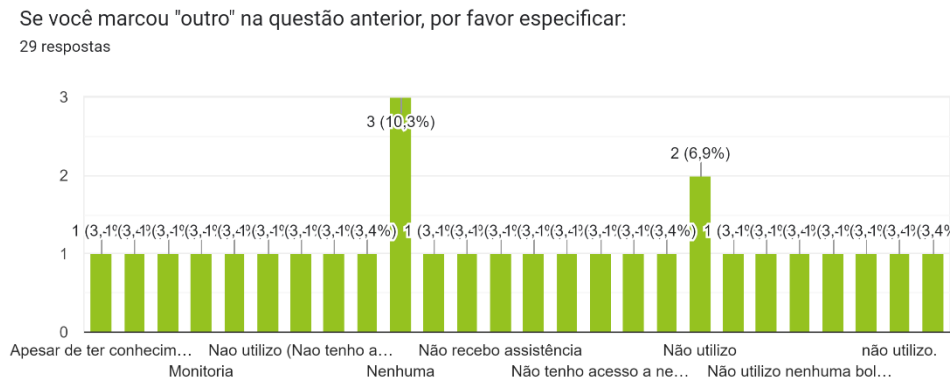
Em caso afirmativo, você utiliza alguma dessas políticas?  
41 respostas



Fonte: a autora.

Com o objetivo de investigar qual o panorama do acesso às políticas de assistência estudantil, achamos por bem elaborar esse quesito a fim de que se constatasse qual modalidade de bolsa é mais acessada pelos(as) respondentes. Assim, esse quesito em específico revela uma predominância de respostas na categoria "Outros", com 78% dos entrevistados assinalando essa opção. Em seguida, 14,6% afirmam utilizar bolsas de estudo, enquanto 7,3% recebem auxílio alimentação.

A alta porcentagem de respostas na categoria "Outros" se justifica em razão do fato de que, apesar de terem conhecimento das políticas de assistência estudantil da UFPE, muitos dos(as) não acessam. Ou seja, a categoria “outros”, em verdade, revela que a maioria dos estudantes que compõem o universo amostral desta pesquisa não acessam as políticas de assistência. Isso pode ser verificado no gráfico abaixo.



Fonte: a autora.

Desse modo, essa constatação sugere algumas possíveis interpretações. Primeiramente, pode indicar que, embora os estudantes estejam cientes das políticas de assistência, podem não considerá-las adequadas às suas necessidades específicas ou podem enfrentar barreiras no acesso a esses benefícios. Essas barreiras podem incluir falta de clareza sobre os critérios de elegibilidade, procedimentos complexos de solicitação ou simplesmente a percepção de que as políticas disponíveis não atendem adequadamente às suas demandas individuais.

Além disso, a declaração de não utilização das políticas de assistência estudantil mesmo após ter conhecimento pode refletir desafios sistêmicos mais amplos, como falta de divulgação eficaz, comunicação inadequada ou falta de conscientização sobre a importância dessas políticas para o bem-estar e o sucesso acadêmico.

Ato contínuo, vale dizer que a significativa utilização de bolsas de estudo, indicada por 14,6% dos entrevistados, aponta para a relevância desse recurso como meio de apoio financeiro. Essa constatação pode ser crucial para a instituição ao planejar e ajustar programas de assistência estudantil, direcionando esforços para otimizar e expandir iniciativas que ofereçam bolsas de estudo.

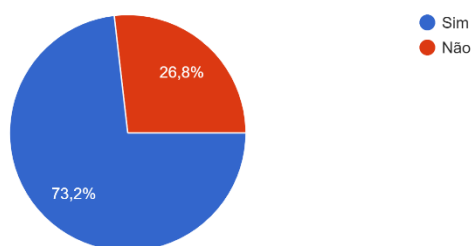
Os 7,3% que relatam receber auxílio alimentação destacam a importância de políticas que visem atender às necessidades básicas dos estudantes, especialmente em contextos nos quais a segurança alimentar pode impactar diretamente o desempenho acadêmico.

À guisa de conclusão, a análise desses dados ressalta a diversidade de formas como os estudantes acessam as políticas de assistência estudantil, reforçando a importância de estratégias flexíveis e abrangentes para atender às variadas necessidades da comunidade estudantil. Isso também destaca a necessidade contínua de avaliação e adaptação das políticas existentes para garantir eficácia e equidade no atendimento aos estudantes.

### 5.3 Eixo 03: Participação em estágios remunerados

#### 5.3.1 Você realiza estágio durante o curso de Pedagogia?

Você realiza estágio durante o curso de Pedagogia?  
41 respostas



Fonte: a autora.

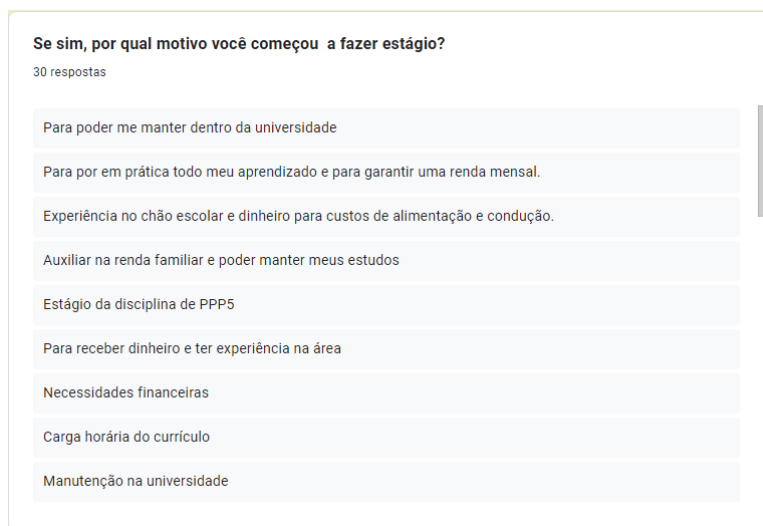
A pergunta sobre a realização de estágio durante o curso de Pedagogia revela que a grande maioria dos respondentes, correspondendo a 73,2%, afirma ter realizado estágio. Isso indica que a prática de estágio é uma experiência comum entre os estudantes de Pedagogia na amostra analisada.

Essa alta taxa de participação em estágios é positiva, pois o estágio é uma componente essencial da formação prática na área de Pedagogia, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em um ambiente de trabalho real. Além disso, o estágio é crucial para o desenvolvimento de habilidades práticas, a compreensão do contexto educacional e a preparação para os desafios da carreira.

A constatação de que 26,8% dos respondentes não realizaram estágio, no entanto, merece atenção. Pode haver várias razões para essa não participação, como dificuldades na obtenção de oportunidades de estágio, falta de informações claras sobre a importância do estágio ou outros impedimentos práticos. Essas razões podem ser

investigadas mais a fundo para garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo a oportunidades de estágio.

### 5.3.2 Se sim, por qual motivo você começou a fazer estágio?



Fonte: a autora.

A análise das respostas revela que o critério econômico é um elemento central nas motivações dos estudantes para iniciar estágios durante o curso de Pedagogia. Diversos participantes destacaram a necessidade financeira como um fator determinante, indicando que o estágio é percebido como uma fonte de renda essencial para sua permanência na universidade. Algumas respostas destacam explicitamente a conexão entre estágio e sustento financeiro, mencionando que sem essa oportunidade, seria difícil ou impossível custear as despesas acadêmicas e de vida.

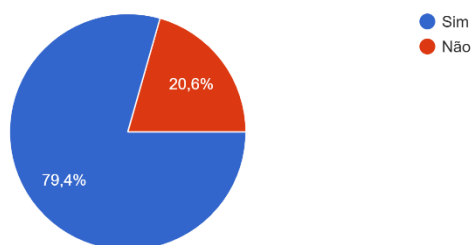
Além do aspecto econômico, outra motivação recorrente é a busca por experiência prática. Muitos estudantes enfatizam o desejo de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e adquirir experiência profissional relevante. A experiência no chão escolar é mencionada como uma oportunidade para compreender melhor a prática pedagógica e para identificar em qual nicho específico da pedagogia eles se encaixam.

A obrigação prevista no perfil curricular do curso de Pedagogia também é mencionada em algumas respostas, indicando que o estágio é percebido como parte integrante do programa acadêmico, além de ser uma oportunidade obrigatória. A carga horária do currículo também é mencionada, sugerindo que o estágio é visto como uma exigência para cumprir os requisitos acadêmicos.

Portanto, as motivações para realizar estágios são multifacetadas, mas há uma clara ênfase na necessidade financeira, na busca por experiência prática e no reconhecimento da importância do estágio como parte integrante do percurso acadêmico. Esses padrões reforçam a importância de políticas de assistência estudantil e de apoio financeiro para garantir que todos os estudantes possam acessar e se beneficiar plenamente das oportunidades de estágio durante sua formação em Pedagogia.

### 5.3.3 O estágio é remunerado?

O estágio é remunerado?  
34 respostas



Fonte: a autora.

A partir das respostas dadas a este quesito, verificamos que uma parcela significativa dos estudantes de Pedagogia que realizam estágio durante o curso recebe remuneração. Cerca de 79,4% dos respondentes afirmaram que seus estágios são remunerados, enquanto 20,6% indicaram que não recebem remuneração.

Essa disparidade nos números aponta para uma heterogeneidade nas condições de estágio entre os estudantes de Pedagogia. O fato de uma maioria expressiva receber remuneração sugere que muitos conseguiram acessar oportunidades de estágio que oferecem compensação financeira, o que pode ser crucial para lidar com as demandas financeiras durante a graduação.

De outro modo, a presença de um quinto dos respondentes que não recebem remuneração destaca uma disparidade significativa. Isso pode ser atribuído a diferentes práticas de estágio, tipos de instituições envolvidas ou até mesmo à disponibilidade de recursos financeiros por parte das instituições que oferecem as oportunidades de estágio.

### 5.3.4 Para você, qual maior diferença do estágio obrigatório e do estágio remunerado?

**Para você, qual maior diferença do estágio obrigatório e do estágio remunerado?**

41 respostas

Para mim nenhuma não requeri remuneração

O estágio remunerado lhe dá condições financeiras de permanecer na Universidade

Sinto que no estágio obrigatório o papel de estagiário se dá de fato, e as trocas que se dão durante ele são com o foco principal e construir conhecimento a partir das vivências, já no remunerado as atividades se dão mais com um caráter do estagiário enquanto um funcionário como qualquer outro que não carece de uma atenção e troca pedagógica e didática.

O estágio obrigatório tem um vínculo curto, uma participação importante para nossa construção pela mediação com a teoria na universidade, mas não é suficiente para se sentir inserido na rotina escolar. Enquanto o estágio remunerado te dá subsídios de se manter estudando, pois como sujeitos e estudantes temos gastos, demandas, além da necessidade da experiência.

Que o remunerado além de ajudar a entender as ações e atividades propostas na teoria na prática também possui o auxílio financeiro para os recursos necessários para a permanência no meio acadêmico, já o obrigatório só auxilia nas contribuições cognitivas e construtivas profissionalmente mas que não garanta que o estudante consiga se manter financeiramente no meio.

Fonte: a autora.

Ao analisarmos as respostas à pergunta sobre a maior diferença entre o estágio obrigatório e o estágio remunerado, observamos que os estudantes enfatizam alguns pontos essenciais.

Em primeiro lugar, a remuneração emerge como um fator significativo, indicando que o estágio remunerado desempenha um papel crucial na sustentação financeira dos estudantes durante a graduação. De outro modo, a carga horária é frequentemente mencionada, sugerindo que o estágio remunerado pode envolver uma carga horária mais extensa ou flexível em comparação com o estágio obrigatório, que geralmente tem uma duração específica e menos flexibilidade.

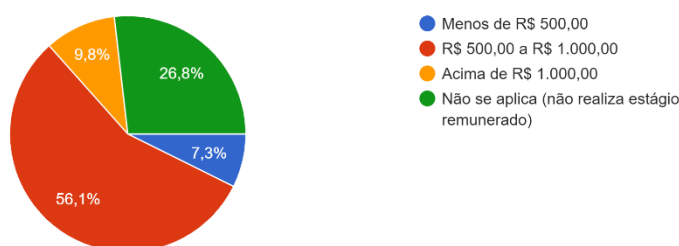
A natureza do estágio obrigatório é percebida como mais acadêmica, concentrando-se na aprendizagem sem obrigações financeiras associadas. Alguns destacam que o estágio remunerado se assemelha mais a um emprego, mas ainda oferece uma valiosa experiência prática e uma compreensão mais profunda das práticas pedagógicas.

Observa-se que o estágio obrigatório é visto como uma participação importante para a construção do conhecimento teórico, embora seu vínculo curto possa limitar a imersão na rotina escolar. A importância da remuneração como suporte financeiro para os estudantes e a necessidade de uma conexão mais estreita entre teoria e prática também são destacadas.

Essas percepções evidenciam a complexidade das experiências de estágio e destacam a importância de abordar tanto as dimensões financeiras quanto a qualidade da prática profissional na formulação de políticas e práticas relacionadas ao estágio na formação acadêmica.

### 5.3.5 Qual o valor médio mensal da remuneração do estágio?

Qual o valor médio mensal da remuneração do estágio?  
41 respostas



Fonte: a autora.

A maioria dos respondentes (56,1%) recebe uma remuneração que varia entre R\$500,00 a R\$1.000,00. Esse intervalo sugere uma distribuição significativa de estagiários que recebem uma remuneração considerada intermediária.

Uma parcela menor (9,8%) recebe remuneração acima de R\$1.000,00, indicando que há estudantes que conseguem estágios remunerados com valores mais substanciais.

Uma porcentagem menor (7,3%) recebe menos de R\$500,00, destacando que há estudantes cuja remuneração é considerada mais baixa.

O fato de 26,8% dos respondentes afirmarem que não se aplica indica que uma parte significativa da amostra não está envolvida em estágios remunerados, corroborando com a estatística supramencionada no item 5.3.3.

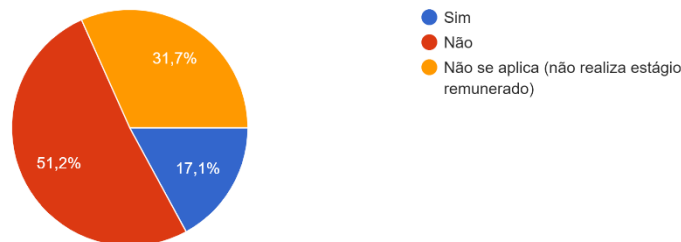
Verifica-se, portanto, uma heterogeneidade nas condições de remuneração entre os estudantes que realizam estágios, de modo que a distribuição desigual de valores destaca a necessidade de uma compreensão mais aprofundada das políticas e práticas de estágio, visando garantir condições justas e adequadas para todos os estudantes envolvidos.

## 5.4 Eixo 04: Condições de Trabalho e Percepção dos Respondentes

#### 5.4.1 Você considera que as condições do seu estágio são adequadas e respeitam seus direitos trabalhistas?

Você considera que as condições do seu estágio são adequadas e respeitam seus direitos trabalhistas?

41 respostas



Fonte: a autora.

Ao analisar a percepção dos respondentes sobre as condições do estágio em relação à adequação e ao respeito aos direitos trabalhistas, observa-se que 51,2% dos estudantes consideram que as condições do estágio são adequadas e respeitam seus direitos trabalhistas. Esse grupo representa a maioria, indicando que uma parcela significativa dos estagiários tem uma visão positiva em relação às condições oferecidas durante o estágio.

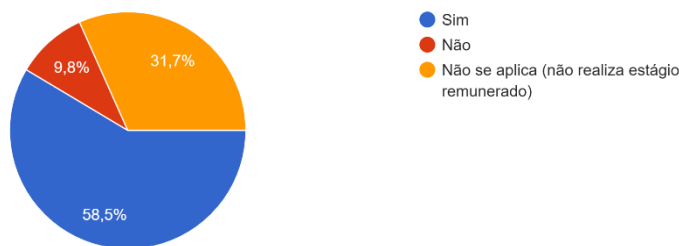
Sob outra perspectiva, 31,7% dos respondentes afirmam que as condições do estágio não são adequadas e não respeitam seus direitos trabalhistas. Esse percentual considerável indica que há uma parte substancial dos estudantes insatisfeita com as condições oferecidas durante o estágio, apontando para possíveis questões a serem investigadas.

Por fim, 17,1% responderam "Não se aplica", indicando que essa parcela não realiza estágio remunerado e, portanto, não pode avaliar diretamente as condições de trabalho e o respeito aos direitos trabalhistas. Essa resposta ressalta a importância de distinguir entre estagiários remunerados e não remunerados ao analisar a percepção das condições de trabalho.

#### 5.4.2 Você já enfrentou situações de precarização no ambiente de trabalho durante o estágio? (Baixa remuneração, falta de direitos trabalhistas, etc.)

Você já enfrentou situações de precarização no ambiente de trabalho durante o estágio? (Baixa remuneração, falta de direitos trabalhistas, etc.)

41 respostas



Fonte: a autora.

No que concerne à pergunta sobre situações de precarização no ambiente de trabalho durante o estágio, os dados revelam que 58,5% dos estudantes afirmam ter enfrentado situações de precarização, como baixa remuneração e falta de direitos trabalhistas, durante o estágio. Esse percentual expressivo indica que uma parte significativa dos estagiários vivenciou condições laborais precárias, o que levanta preocupações sobre a qualidade dos estágios e o respeito aos direitos dos estudantes.

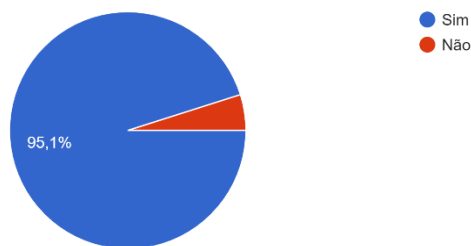
De outro modo, 9,8% responderam que não enfrentaram situações de precarização, sugerindo que uma parcela minoritária dos estagiários teve uma experiência mais satisfatória em termos de remuneração e direitos trabalhistas.

E, por fim, 31% responderam "Não se aplica", indicando que essa parcela não realiza estágio remunerado e, portanto, não pode vivenciar diretamente situações de precarização.

#### **5.4.3 Você acredita que as experiências de trabalho durante a formação acadêmica podem impactar sua futura atuação profissional?**

Você acredita que as experiências de trabalho durante a formação acadêmica podem impactar sua futura atuação profissional?

41 respostas



Fonte: a autora.

Ao investigarmos sobre a crença na influência das experiências de trabalho durante a formação acadêmica na futura atuação profissional revela uma perspectiva unânime entre os entrevistados: 95,1% dos estudantes afirmam acreditar que as experiências de trabalho vivenciadas durante a formação acadêmica têm um impacto significativo em sua futura atuação profissional. Esse percentual expressivo sugere uma consciência coletiva entre os estagiários de que as experiências adquiridas durante a formação são cruciais para o desenvolvimento profissional e preparação para os desafios da carreira.

Apenas 4,9% dos entrevistados responderam negativamente, indicando uma minoria que não percebe uma conexão direta entre as experiências de trabalho durante a formação e seu futuro profissional. Essa posição minoritária pode ser influenciada por diversos fatores, mas a predominância esmagadora da visão positiva destaca a importância atribuída pelos estudantes às vivências práticas como elementos formativos essenciais para suas carreiras.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados e da análise realizada sobre a precarização do trabalho estudantil no contexto dos estudantes de Pedagogia da UFPE, torna-se evidente a complexidade das experiências enfrentadas por esses estagiários, cujas vivências podem moldar significativamente suas percepções, condições de trabalho e expectativas profissionais.

A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados realiza estágios remunerados, sendo que 73,2% estão engajados nessa prática. Esses estágios, em sua maioria, são remunerados, com 79,4% dos estudantes recebendo alguma forma de compensação financeira. Essa realidade está alinhada com o entendimento teórico apresentado, que destaca a importância do estágio como parte integrante da formação profissional,

proporcionando experiência prática e sendo visto com essencial enquanto sustento financeiro para os estudantes.

Entretanto, as nuances da precarização do trabalho estudantil são evidentes ao analisar questões como a remuneração. A maioria dos estudantes (56,1%) que recebem remuneração relatou valores mensais entre R\$500,00 e R\$1.000,00, indicando condições financeiras muitas vezes desafiadoras. Esse dado ressoa com as discussões teóricas sobre a exploração do trabalho estudantil, ressaltando que, mesmo remunerados, os estagiários enfrentam condições precárias em termos de salário. No Brasil esses valores de estágio são abaixo do salário mínimo oficial, e muito mais abaixo do salário mínimo definido pelo DIEESE, uma entidade representativa da classe trabalhadora que realiza esse cálculo com base na Constituição Federal brasileira. Uma remuneração, mesmo sendo um estágio não poderia ser abaixo do necessário para sua sobrevivência, mas o balizamento o baixo salário vigente, incluindo dos docentes em grande parte das redes em que ocorre o estágio remunerado

Além disso, ao considerar a percepção dos estudantes sobre as condições do estágio, constata-se que 31,7% não consideram adequadas ou respeitadas de seus direitos trabalhistas. Esse dado reflete a tensão entre a necessidade de experiência profissional e as condições muitas vezes desfavoráveis dos estágios. Essa percepção pode estar relacionada às situações de precarização que 58,5% dos entrevistados afirmaram ter enfrentado, incluindo baixa remuneração e falta de direitos trabalhistas. Aqui, novamente, as evidências empíricas corroboram o embasamento teórico sobre a precarização do trabalho estudantil.

No que tange à participação em políticas de assistência estudantil, 75,6% dos estudantes afirmam ter conhecimento dessas políticas. No entanto, a análise mais detalhada revela que apenas 14,6% utilizam bolsas de estudo, enquanto 7,3% recebem auxílio alimentação. Esse cenário aponta para a necessidade de maior efetividade e acesso a essas políticas, considerando que podem representar uma alternativa para mitigar a precarização do trabalho estudantil.

Ao considerarmos a qualificação dos estudantes, destacam-se elementos relevantes, quais sejam: 1) a maioria dos entrevistados é do gênero feminino (75,6%), refletindo uma predominância feminina na área de Pedagogia, o que é consistente com o contexto educacional; e 2) 65,9% dos estudantes vieram de escolas públicas, ressaltando a diversidade socioeconômica presente no curso.

Por todo o exposto, verifica-se que há a necessidade de uma abordagem mais holística na compreensão e enfrentamento da precarização do trabalho estudantil. A articulação entre teoria e prática, como proposta nos referenciais teóricos apresentados, deve ser complementada por políticas institucionais mais eficazes e sensíveis às condições reais dos estudantes. A pesquisa destaca que, embora os estágios sejam uma oportunidade valiosa, é essencial garantir que essas experiências sejam enriquecedoras e justas, evitando a exploração e promovendo uma transição mais suave para a vida profissional. Indagamos também o porquê a universidade ou a instituição receptora não poderá designar uma bolsa de estágio para os estágios obrigatórios visto que é um trabalho aprendido que o e a estudante realiza? A luta contra a precarização do trabalho estudantil não é apenas um desafio individual, mas uma questão estrutural que exige respostas institucionais e sociais mais robustas e inclusivas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BIAVASCHI, M. B. **O direito do trabalho no Brasil 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, DF, 13 dez. 2007.

BRASIL. **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm). Acesso em: 09 de dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 10 de dez. 2023.

BRITO, C. et. al. Política pública de asistencia al estudiante en la Enseñanza Superior: el Programa Beca de Permanencia en la Universidad Federal de Grande Dourados, **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 511-527, abr./jun. 2021.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

STANDING, G. **The precariat: the new dangerous class**. London: Bloomsbury Academic, 2011.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. O que pensam professoras de educação infantil sobre a feminização da profissão docente? Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-3041--Int.pdf> Acesso dia: 01 jul. 2012